



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**RODRIGO VIEIRA DE SOUZA
MATRÍCULA: 2017200530195**

**Benefícios da instituição de uma Associação de Municípios
em uma região de Minas Gerais**

**SÃO JOÃO DEL REI
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

RODRIGO VIEIRA DE SOUZA

**Benefícios da instituição de uma Associação de Municípios em
uma região de Minas Gerais**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Federal de São João Del Rei como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de especialização em Gestão Pública.

**SÃO JOÃO DEL REI
2018**

RODRIGO VIEIRA DE SOUZA

**Benefícios da instituição de uma Associação de Municípios em
uma região de Minas Gerais**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Federal de São João Del Rei como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de especialização em Gestão Pública.

APROVADA EM QUINZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Daniela Almeida Raposo Torres – UFSJ
(Orientador)

Profª. Dra. Aline Cristina da Cruz – UFSJ

**SÃO JOÃO DEL REI
2018**

Não se pode criar experiência. É preciso passar
por ela.
(ALBERT CAMUS)

Dedico esta monografia a todos aqueles que acreditam e lutam para realizar seus sonhos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele, nada é possível!

Aos meus amados pais Silmar Lopes e Fátima Vieira por me proporcionar o dom da vida, e também aos meus queridos irmãos Mariane e Thiago que me ensinaram desde de criança o verdadeiro valor da amizade e também por todo o amor, carinho, apoio e confiança depositada.

À minha esposa, Ana Carolina, por todo o seu amor e companheirismo, por estar sempre presente em meus momentos mais difíceis e ser meu porto seguro.

À querida Zora, que alegra minha vida e é sempre fonte de inspiração, e por sempre mostrar que a felicidade está presente, mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço a minha orientadora Prof. Dr.^a Daniela Almeida Raposo Torres, por toda a atenção dedicada a este trabalho.

E também a todos os professores e amigos que fiz ao longo deste curso, muito obrigado por todos os bons momentos que vivi durante a minha especialização e também o vasto conhecimento passado pelos professores

RESUMO

Objetivou-se verificar o papel destas associações no desenvolvimento municipal e regional, tal como as vantagens de se associar a estas organizações e acompanhar os benefícios obtidos.

Diante das constantes transformações sociais que vêm ocorrendo nos últimos anos, tais como as novas dinâmicas de mercado promovidas pela globalização, os municípios brasileiros têm passado por grandes dificuldades para manter suas contas em dia e cumprir de forma eficiente e adequada para a resolução dos anseios da população. Este trabalho apresenta e aborda conceitos relativos ao serviço público brasileiro e aponta as práticas de associativismo como um eficiente mecanismo para a troca de informações entre os municípios e o desenvolvimento de ações conjuntas que visem o comum beneficiamento dos participantes do grupo em questão. Foi realizado o acompanhamento de duas das principais organizações que possuem como foco reunir e representar os municípios de Minas Gerais, A AMM – Associação Mineira de Municípios e a AMALPA – Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Paraopeba.

Ao final, conclui-se o trabalho com recomendações aos municípios da necessidade de maior engajamento e participação em questões que lhes possam ser pertinentes através do intercâmbio de informações entre os associados e que as associações também busquem inspiração em trabalhos realizados por associações de outros Estados, região e mesmo países.

Palavras-chave: Associativismo. Regionalismo. Municipalismo. Serviço Público.

ABSTRACT

The objective was to verify the role of these associations in the municipal and regional development, as well as the advantages of associating with these organizations and monitoring the benefits obtained.

In the face of the constant social transformations that have been taking place in recent years, such as the new market dynamics promoted by globalization, Brazilian municipalities have had great difficulties in keeping their accounts up to date and in an efficient and adequate way to solve the population. This paper presents and discusses concepts related to the Brazilian public service and points out the associative practices as an efficient mechanism for the exchange of information between the municipalities and the development of joint actions that aim at the common improvement of the participants of the group in question. It was followed up by two of the main organizations that focus on gathering and representing the municipalities of Minas Gerais, AMM - Municipal Association of Municipalities and AMALPA - Association of Municipalities of the Alto Paraopeba Microregion.

At the end, the work is concluded with recommendations to the municipalities of the need for greater engagement and participation in issues that might be relevant to them through the exchange of information among the members and that the associations also seek inspiration from work carried out by associations from other States, region and even countries..

Keywords: Associativism. Regionalism. Municipalism. Public service

LISTA DE TABELA

| | |
|---|----|
| Tabela 01 – Microrregionais de Minas Gerais | 24 |
| Tabela 02 – Portal dos Afiliados AMM | 30 |

LISTA DE FIGURA

| | |
|---|----|
| Figura 01 – Microrregionais de Minas Gerais | 27 |
| Figura 02 – AMALPA - Municípios | 28 |
| Figura 03 – Readequação do Projeto da Rua Alfredo Elias Mafuz | 34 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 01 – Registro de Atas AMM | 27 |
|--|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALAGO Associação Dos Municípios Do Lago De Furnas
ALMG Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMAG Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Circuito Das águas
AMAJE Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto Jequitinhonha
AMALG Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto Rio Grande
AMALPA Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Paraopeba
AMALPA Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto Paraopeba
AMAMS Associação Dos Municípios Da área Mineira Da Sudene
AMAPAR Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto Paranaíba
AMAPI Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Vale Do Rio Piranga
AMARP Associação Microrregional Dos Municípios Do Alto Rio Pardo
AMASF Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto São Francisco
AMASP Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto Sapucaí
AMAV Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto Rio Das Velhas
AMBAS Associação Microrregional Dos Municípios Da Bacia Do Suaçuí
AMBASP Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Baixo Sapucaí
AMDI Associação De Municípios Pelo Desenvolvimento Integrado
AMECO Associação Microrregional Dos Municípios Do Médio Centro-oeste Mineiro
AMEG Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Rio Grande
AMEJE Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Jequitinhonha
AMEPI Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Rio Piracicaba
AMERP Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Rio Pomba
AMESP Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Sapucaí
AMEV Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Rio Das Velhas
AMM Associação Mineira de Municípios
AMMA Associação Microrregional Dos Municípios Da Mantiqueira
AMMAN Associação Microrregional Dos Municípios Da Zona Da Mata
AMME Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Espinhaço
AMMESF Associação Dos Municípios Da Bacia Do Médio São Francisco
AMNOR Associação Dos Municípios Do Noroeste De Minas
AMOC Associação Microrregional Dos Municípios Da Vertente Do Ocidente Do Caparaó
AMOG Associação Microrregional Dos Municípios Da Baixa Mogiana
AMPAR Associação Dos Municípios Microrregião Do Vale Do Paraibuna
AMPLA Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Planalto De Araxá

AMUC Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Vale Do Mucuri
AMVA Associação Dos Municípios Do Vale Do Aço
AMVALE Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Vale Do Rio Grande
AMVAP Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Vale Do Paranaíba
AMVER Associação Dos Municípios Da Microrregião Dos Campos Das Vertentes
AMVI Associação Microrregional Dos Municípios Do Vale Do Itapeçerica
ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARDOCE Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Rio Doce
Art. Artigo
ASSOLESTE Associação Do Municípios Da Microrregião Do Leste De Minas
CLP Centro de Liderança Pública
CMED Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos
CNPJ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COFARMINAS Comércio de Produtos Farmacêuticos
E. M. Tiradentes Escola Municipal Tiradentes
E.M. Cristiano Otoni Escola Municipal Cristiano Otoni
FPM Fundos de Participação dos Estados
Fundeb Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GRANBEL Associação Dos Municípios Da Região Metropolitana
ICMS Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IPVA Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LTDA-ME Limitada-microempresa
MG Minas Gerais
Nº Número
NOVA AMBAJ Nova Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Baixo Jequitinhonha
PFDC Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
RP Registro de Preços
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SMS Short Message Service
SRP Sistema de Registro de Preços
UBS Unidades Básicas de Saúde
UNIÃO GERAL Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Integrado Da Microrregião Da Serra Geral De Minas

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO I | 15 |
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| CAPÍTULO II..... | 17 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 17 |
| 2.1 Serviço Público..... | 17 |
| 2.2 Associativismo | 18 |
| CAPÍTULO III | 21 |
| 3 Metodologia..... | 21 |
| 3.1 Caracterização da Pesquisa..... | 21 |
| 3.2 Análise e Coleta de Dados..... | 21 |
| CAPÍTULO IV..... | 23 |
| 4 ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS - HISTÓRICO..... | 23 |
| 4.1 AÇÕES..... | 28 |
| CAPÍTULO V | 35 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 35 |
| 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 36 |

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, os municípios brasileiros enfrentam grandes dificuldades relativas à obtenção de verbas por parte do Estado e precisam utilizar-se de muita criatividade para realizar uma administração que atenda aos anseios da população e cumpra com seus deveres. As associações em uma forma geral, possuem como finalidade reunir dois ou mais interessados em um objetivo comum e buscar formas de realizar esta meta da melhor maneira possível, trocando experiências e propondo estratégias que sejam benéficas a todos os associados.

Buscando se fortalecer, os municípios de Minas Gerais criaram várias associações com a finalidade de promover o fortalecimento de cada um dos municípios participantes, avaliando suas potencialidades e individualidades e conseqüentemente, promovendo o desenvolvimento do Estado como um todo.

Apesar do nobre compromisso de fortalecimento de forma conjunta, a gestão de uma associação não é tarefa fácil, ocorrendo, muitas vezes, divergências de opiniões e objetivos dos diversos personagens que compõe a associação.

O presente trabalho tem por objetivo analisar o funcionamento de duas associações, AMM – Associação Mineira de Municípios e da AMALPA – Associação Microrregional do Alto Paraopeba, de forma a realizar um acompanhamento junto a gestão municipal de municípios participantes destas associações, tais como, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco de forma a analisar o impacto, verificar a real eficácia e as possíveis vantagens de se fazer parte destas associações.

Ao abordar a questão sobre a real eficácia da reunião de vários interessados e da formação de uma organização que vise lutar por interesses em comum, surge a pergunta que orienta esse trabalho: Como as associações municipais poderão promover o fortalecimento dos diversos municípios participantes desta associação e como a população poderá se beneficiar do trabalho realizado por esta?

As hipóteses levantadas sobre os problemas apontam que a instituição de Associações de Municípios possa ser muito benéfica para o aperfeiçoamento de práticas de gestão e de fortalecimento da região, pois, ao realizarem trabalhos de cooperação, torna-se mais fácil a busca por recursos, além da troca de experiências.

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- a) Realizar um estudo teórico sobre a constituição de associações;

- b) Realizar um estudo teórico sobre a região do Alto Paraopeba;
- c) Explicar sobre algumas Associações existentes que atendem à região Sudeste de Minas Gerais;
- d) Analisar as possibilidades de benefícios advindos da adesão de um município em uma Associação de Municipal;
- e) Apresentar os resultados obtidos por municípios que compõem a AMM e AMALPA perante o referido estudo de caso.

A necessidade por parte dos municípios é encontrar meios para reduzir desperdícios, dinamizar processos, promover melhorias na qualidade de seus produtos e serviços, estão tornando o processo de gestão municipal cada dia mais desafiante.

Os cidadãos passaram a, cada vez mais, fazer valer o seu direito exigindo serviços de qualidade nas áreas de saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, entre outras, cobrando dos governantes uma correta utilização da arrecadação de impostos realizadas.

Conforme exposto na Lei Complementar nº 75/93, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), são direitos do cidadão a dignidade, liberdade, igualdade, saúde, educação, assistência social, acessibilidade, acesso à justiça, direito à informação e livre expressão, reforma agrária, moradia adequada, não discriminação e alimentação adequada.

Buscando atender da melhor forma possível aos anseios da população, governantes de diversos municípios resolveram se reunir através de uma Associação Municipal, onde o foco é o mútuo beneficiamento, de forma a buscar soluções conjuntas para o desenvolvimento de uma região, buscando, desta forma, atrair recursos e crescimento para seus associados.

Muitas vezes, estes municípios enfrentam enormes problemas de ordem financeira. As dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, tal como a queda na arrecadação das principais receitas que compõem a base de cálculo do gasto com pessoal, como ICMS, IPVA, FPM, entre outros, acaba por comprometer em grande com os compromissos que os gestores públicos precisam honrar.

Diante esta dura realidade, faz-se necessária a realização de um estudo sobre a viabilidade de se instituir Associações Municipais na região do Alto Paraopeba, buscando analisar as diversas formas de suprir as deficiências geradas pela diminuição de arrecadação e do baixo desempenho econômico em que o país se encontra.

As associações estudadas encontram-se no estado de Minas Gerais, mais especificamente, na região do Alto Paraopeba.

CAPÍTULO II

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresenta-se fundamentação teórica, a partir da qual foi desenvolvido este trabalho, com vista à análise da eficácia das associações e os seus benefícios. Para tanto, apresenta-se inicialmente um levantamento do que vem a ser serviço público e de que forma o associativismo se apresenta como importante instrumento para o desenvolvimento de municípios.

2.1 Serviço Público

Conforme define Helly Lopes Meirelles serviço público seria “todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado” (2007, p. 330). Porém, o conceito de serviço público é um tanto quanto amplo e autores diversos possuem opiniões um pouco diferentes sobre o assunto. Celso Antônio Bandeira de Mello (2015, p. 695), define serviço público com as seguintes palavras: Serviço Público é, portanto, toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de Direito Público, portanto, consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais, instituído em favor dos interesses definidos como públicos no sistema normativo."

Além dos conceitos apresentados por Meirelles e Mello, José Cretella Junior, importante jurista brasileiro, apresenta um conceito interessante sobre serviço público. De acordo com Cretella Junior (1980, p.59), serviço público é “toda atividade que o Estado exerce direta ou indiretamente, para satisfação das necessidades públicas mediante procedimento típico do direito público”.

Diante da realidade de buscar soluções que possibilitem a satisfação dos interesses coletivos e necessidades públicas entre municípios vizinhos, tornou-se evidente, no Brasil, o surgimento de experiências de cooperação intermunicipal, tanto independentes, quanto propostos por governos estaduais ou federais.

Neste contexto, tem-se as associações e consórcios, que possuem como objetivo atuarem como instrumentos de relações intergovernamentais cooperativas no auxílio de problemas comuns

entre seus participantes, tornando a prestação de serviços públicos mais eficiente e promovendo um maior desenvolvimento dos municípios envolvidos.

2.2 Associativismo

Durante toda a história da humanidade, há traços relacionados ao associativismo. Em seus primórdios, o homem se reunia em grupos, com o intuito de aumentar suas chances de sobrevivência, buscando realizar de maneira mais eficiente tarefas como caça, procura por alimentos, pesca e defesa de seus grupos contra invasores.

No decorrer do tempo, surgiram as tribos, que são aglomerados de pessoas que se associam com o objetivo de se obter trabalhos mais positivos e simples, diminuindo a dificuldade da realização de seus afazeres. Tratava-se de um trabalho cooperativo e que visa beneficiar ao grupo como um todo.

Há aproximadamente dez mil anos antes de Cristo, na região do Oriente Médio, esses pequenos grupos começaram a recolher sementes silvestres para o plantio. Da consequente organização do trabalho para cultivar a terra surgiu a agricultura, que acelerou sobremaneira o desenvolvimento das sociedades (BRASIL, 2008, p.7).

Foi este associativismo que permitiu que a sociedade evoluísse. Ao se formar grupos, vê-se o surgimento de clãs e posteriormente linhagens que se especializavam em determinado tipo de produto. Estes produtos eram trocados com membros de outros clãs, o que gerou um desenvolvimento da comunidade como um todo. Com o decorrer do tempo, vê-se a proliferação de especialistas que, ao surgir a figura das moedas, começaram a vender seus produtos ou esforços a troco de dinheiro, gerando o comércio.

Com relação ao associativismo empregado na sociedade produtiva moderna, Demousteier (2006) aponta que as primeiras aparições do associativismo surgiram no decorrer da primeira revolução industrial por conta de operários que criaram associações com a finalidade de conseguirem melhores condições de trabalho. Hoje, estas associações são representadas pelos sindicatos, e ainda possuem grande relevância no contexto da defesa dos direitos dos trabalhadores.

De acordo com Ribaut et al. (1995), o associativismo empresarial tem relação direta com o conceito de redes, que são uma forma de agrupamento com o objetivo de fortificar atividades e operações dos que fazem parte da sociedade empresarial, sem laços financeiros.

De acordo com SEBRAE (2009) os princípios do associativismo são conhecidos mundialmente. Estes são: A adesão voluntária e livre, de forma que se apresenta disponível a todas as pessoas interessadas a utilizar de seus serviços. A gestão democrática pelos sócios, onde os eleitos, sejam homens ou mulheres, possuirão representação para com os associados. A participação econômica dos sócios, de forma que os sócios contribuirão de forma equitativa e controlam democraticamente as suas associações. A autonomia e independência, onde a associação deverá possuir liberdade em suas decisões, agindo de forma que satisfaça democraticamente aos seus associados. A educação, formação e informação, sendo papel da associação informar a seus associados sobre os projetos em andamento e ao público em geral sobre os benefícios do trabalho em cooperação. Interação, onde as associações se beneficiam ao unir forças com estruturas externas, tanto locais quanto em um aspecto maior, seja regional, nacional ou mesmo internacional. Por fim, temos o interesse pela comunidade, pois a finalidade das associações deve passar pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país por meio de políticas que irão de encontro aos interesses de seus membros.

Com o objetivo de promover o fortalecimento de municípios, tanto como formas de governo, quanto de buscar uma maior eficiência na forma de prestação de serviços públicos, vários países têm adotado a prática de associações municipais.

De acordo com Mello (1997, p. 60), em vários países de todos os continentes, é comum a existência de associações nacionais e, muitas vezes, subnacionais de governos locais, com o principal propósito de incentivar o processo de descentralização e fortalecimento desses governos. Há, também, a prática dos consórcios, voltados para a prestação conjunta de serviços essenciais às comunidades consorciadas.

Nos países escandinavos - Suécia, Noruega, Finlândia e Dinamarca - é comum a prática de federação, de governos locais para a prestação de certos serviços (Batley, 1991, p.215).

Na Finlândia, os consórcios são previstos, em lei nacional, para o desempenho de certas funções e são consideradas pessoas jurídicas de direito público. A Holanda adota o princípio dos consórcios voluntários e compulsórios estes para o cumprimento de determinadas atividades, como corpo de bombeiros, licença para construção de obras e coleta de lixo (Harloff, 1986).

As associações buscam formas de viabilizar recursos e de adotar padrões de serviços mais elevados a todos os municípios participantes, o que demonstra ser benéfico, principalmente em municípios menores, onde há escassez de recursos.

De acordo com CLP - Centro de Liderança Pública (2017), há duas formas de associativismo municipal: as associações e os consórcios.

Sebrae (2009, p.7), aponta a Lei nº 10.406/2002, que em seu art. 53, define associação como: “Constitui-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. É formada por pessoas naturais (ou físicas, como denominadas na área tributária)

que têm objetivos comuns, exceto o de auferir lucro por meio da pessoa jurídica, e que possuem objetivos e finalidades diferentes entre si. No entanto, unem-se nessa nomenclatura por possuírem características semelhantes e básicas.

Ainda de acordo Sebrae (2009, p.9), “os consórcios consistem em fórmulas de concentração provisória e flexível, efetivadas pela união de empresas que se relacionam para a realização de um determinado objetivo. Cria-se uma nova estrutura organizacional que representa o agrupamento sem, contudo, intervir na identidade de cada componente, mantendo-se juridicamente independentes. ”

A regulamentação dos Consórcios Públicos promovida pela Lei nº 11.107/2005 fomenta o federalismo cooperativo no País, por meio da participação de vários entes federados na realização de políticas públicas de interesse comum aos três níveis de governo (BATISTA, 2011).

De acordo com ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais (2018), as políticas públicas de desenvolvimento regional e local para o estado de Minas Gerais têm por objetivo reverter a heterogeneidade intrarregional do espaço mineiro, em que espaços dinâmicos restritos convivem com extensas áreas marginais, em um contexto de insuficiência de urbanização, organização produtiva, competitividade e infraestrutura. Com base nessa premissa, a elaboração de políticas regionais eficientes deve visar ao incremento da base produtiva e à melhoria e diversificação da oferta de produtos, dos níveis de competitividade e de geração de emprego e renda. Ao mesmo tempo, as políticas de desenvolvimento local devem partir, necessariamente, da concepção de cidade como elemento essencial à estruturação de uma região, porque a cidade é o locus de concentração e dispersão de fluxos econômicos e de infraestrutura de prestação de serviços tanto à atividade produtiva quanto à população. Assim, a vinculação entre as políticas urbanas e as políticas regionais é de complementaridade e interdependência.

Ainda de acordo com ALMG (2018), o termo “associativismo municipal” diz respeito a estratégias de associação e consorciação entre Municípios implementadas com os objetivos de permitir a consecução de maior eficiência na execução de serviços públicos e promover o desenvolvimento socioeconômico local. O atual contexto do associativismo municipal no Estado de Minas Gerais denota baixa capacidade técnica operacional dos Municípios, caracterizada por nítida desarticulação de políticas públicas de cunho urbano-regional no domínio das microrregiões mineiras. Nesse contexto, a ação governamental de fomento e apoio à associação de Municípios se justifica em função dos ganhos de escala proporcionados a eles, além da possibilidade de incremento da eficiência na prestação de serviços públicos de competência municipal. Assim, o associativismo é instrumento que contém o potencial de facilitar o alinhamento das ações do Estado com aquelas sob responsabilidade dos Municípios, o que contribui para a multiplicação da expertise de gestão de políticas nas microrregiões do Estado, com implicação direta em termos de incremento do desenvolvimento regional.

CAPÍTULO III

3 METODOLOGIA

Segundo Oliveira Netto (2005), os critérios para classificação dos tipos de pesquisa variam de acordo com o enfoque dado pelo autor. A divisão estabelece interesses, condições, campos, metodologia, situações, objetivos, objetos de estudo, etc. Silva (2001) afirma que existem várias formas de classificar a pesquisa e refere-se a estas quanto ao ponto de vista da sua natureza, do ponto de vista da abordagem do problema, do ponto de vista de seus objetivos e do ponto de vista dos procedimentos técnicos.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa a ser realizada se caracteriza pelos tipos: de pesquisa exploratória e estudo de caso. Segundo Jung (2004), a pesquisa exploratória tem como objetivo fundamental, a obtenção de novos princípios para substituírem os atuais. Normalmente, a pesquisa exploratória não exige grandes teorizações e, sim, experimentação para coleta de dados que servirão de base para a formulação de modelos inovadores ou explicativos. De acordo com Selltiz et al (1967, citado por Gil, 2002), as pesquisas exploratórias envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.

Os estudos de casos representam uma das muitas maneiras de fazer pesquisas em ciências sociais (Yin 2001). Segundo Silva (2001), esta técnica envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

3.2 Análise e Coleta de Dados

O levantamento de informações foi realizado em duas etapas: a primeira etapa consistiu basicamente no levantamento bibliográfico por meio de literatura especializada de temas. A segunda etapa compreendeu um estudo de caso nas associações municipais da região, tais como AMALPA e AMM e levantamento de dados junto a funcionário das associações.

O presente trabalho abrangeu ações realizadas entre o período de 2016 até 2018 e consistirá em ações que trouxeram benefícios para os municípios, seja através de um suporte à ação ou através de variáveis financeiras.

Através de entrevistas semiestruturadas com funcionários destas associações, foi possível conhecer de forma mais aprofundada o ambiente em que os municípios estão inseridos, tais como os quesitos de regionalidades e as suas deficiências. Além de aprofundar na forma como os processos foram realizados pelas associações de municípios, buscou-se verificar como estas ações possibilitaram a promoção de seus participantes, criando condições para o desenvolvimento de seus associados.

CAPÍTULO IV

4 ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS - HISTÓRICO

Com o objetivo de reunir e representar os municípios de Minas Gerais, nas esferas estadual e federal, a AMM¹ – Associação Mineira de Municípios, foi fundada, em 17 de outubro de 1952. A AMM busca constantemente, por meio das potencialidades e individualidades, promover o fortalecimento de cada um dos municípios mineiros e, conseqüentemente, o desenvolvimento do Estado como um todo.

De acordo com AMM (2018), a associação tem como papel principal ser mais do que um apoio, mas uma verdadeira defesa para os 853 municípios mineiros. Esta associação passou por grandes mudanças, se desenvolvendo conforme a necessidade, acompanhando evoluções tecnológicas e oferecendo aos seus associados informações de qualidade acerca da defesa da causa municipalista.

Conforme AMM (2018), esta possui como Missão realizar a representação dos municípios mineiros e de defender a causa municipalista, potencializando assim, o desenvolvimento e a consolidação da autonomia municipal; como Visão a de fortalecimento dos municípios mineiros, contribuindo dessa maneira para a construção da cidade que queremos e como Valores atributos tais como o compromisso, o respeito, a Ética, efetividade em suas ações, realizar inovações, transparência e credibilidade.

Além da forte AMM, existem 42 associações microrregionais de Minas Gerais como mostram a Tabela 01 e Figura 01, sendo que buscam sempre alinhar suas ações para fortalecer a ação municipalista no estado. Abaixo segue a representação gráfica das microrregionais situadas no Estado Minas Gerais que compõem a AMM.

¹ Disponível em: < <http://portalamm.org.br/amm/historia-da-amm/> > Acessado em 20 de julho de 2018.

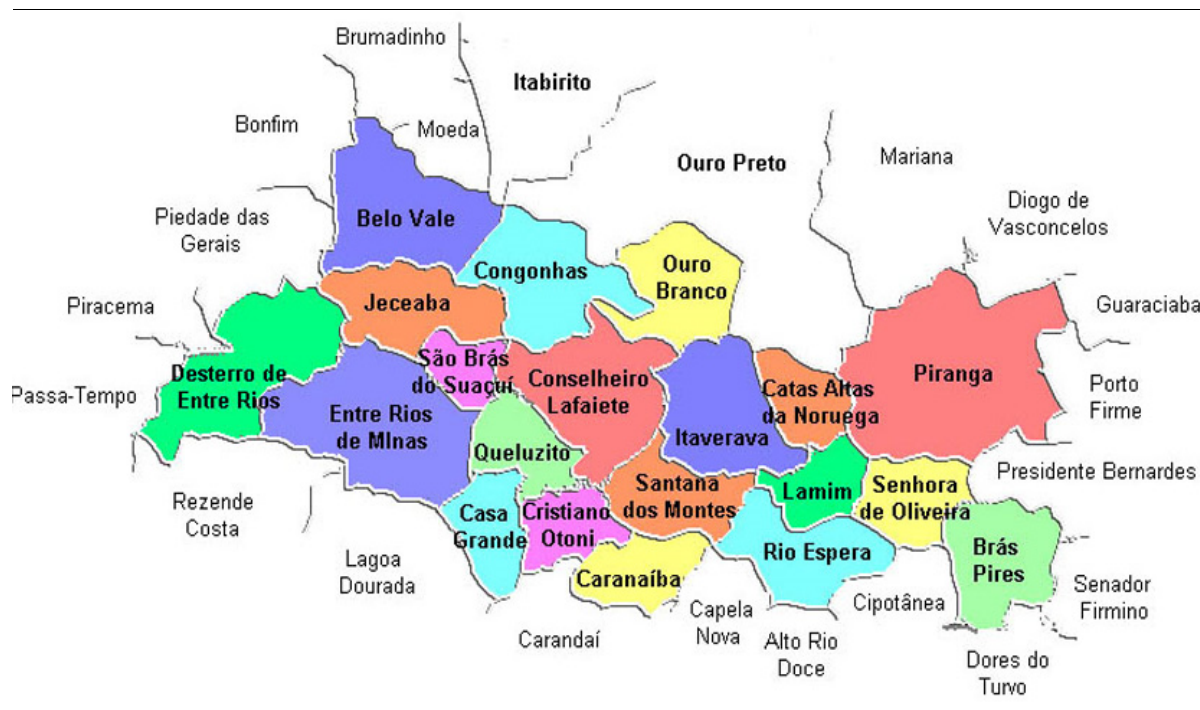
Tabela 01 – Microrregionais de Minas Gerais

| Sigla | Nome | Sede |
|--------|---|--------------------------|
| AMOC | Associação Microrregional Dos Municípios Da Vertente Do Ocidente Do Caparaó | Caratinga |
| AMOG | Associação Microrregional Dos Municípios Da Baixa Mogiana | Guaxupé |
| AMASF | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto São Francisco | Luz |
| AMBAS | Associação Microrregional Dos Municípios Da Bacia Do Suaçuí | Guanhães |
| AMMA | Associação Microrregional Dos Municípios Da Mantiqueira | Barbacena |
| AMAV | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto Rio Das Velhas | Sete Lagoas |
| AMEV | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Rio Das Velhas | Corinto |
| AMPAR | Associação Dos Municípios Microrregião Do Vale Do Paraibuna | Juiz De Fora |
| AMME | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Espinhaço | Conceição Do Mato Dentro |
| AMEJE | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Jequitinhonha | Araçuaí |
| AMAPI | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Vale Do Rio Piranga | Ponte Nova |
| AMBASP | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Baixo Sapucaí | Varginha |
| ARDOCE | Associação Dos Municípios Da | Governador Valadares |

| | | |
|-------------|---|----------------|
| | Microrregião Do Médio Rio Doce | |
| GRANBEL | Associação Dos Municípios Da Região Metropolitana | Belo Horizonte |
| AMALG | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto Rio Grande | Lavras |
| AMVALE | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Vale Do Rio Grande | Uberaba |
| AMESP | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Sapucaí | Pouso Alegre |
| AMVA | Associação Dos Municípios Do Vale Do Aço | Ipatinga |
| AMECO | Associação Microrregional Dos Municípios Do Médio Centro-oeste Mineiro | Florestal |
| AMEG | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Rio Grande | Passos |
| AMASP | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto Sapucaí | Itajubá |
| ALAGO | Associação Dos Municípios Do Lago De Furnas | Alfenas |
| AMPLA | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Planalto De Araxá | Araxá |
| AMEPI | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Rio Piracicaba | João Monlevade |
| UNIÃO GERAL | Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Integrado Da Microrregião Da Serra Geral De Minas | Janaúba |
| AMAJE | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto Jequitinhonha | Diamantina |
| AMMESF | Associação Dos Municípios Da Bacia Do Médio São Francisco | Pirapora |

| | | |
|------------|---|----------------------|
| AMVAP | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Vale Do Paranaíba | Uberlândia |
| AMMAN | Associação Microrregional Dos Municípios Da Zona Da Mata | Viçosa |
| AMVI | Associação Microrregional Dos Municípios Do Vale Do Itapeçerica | Divinópolis |
| AMALPA | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto Paraopeba | Conselheiro Lafaiete |
| AMUC | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Vale Do Mucuri | Teófilo Otoni |
| NOVA AMBAJ | Nova Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Baixo Jequitinhonha | Almenara |
| AMVER | Associação Dos Municípios Da Microrregião Dos Campos Das Vertentes | São João Del Rei |
| AMAG | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Circuito Das águas | Caxambu |
| AMNOR | Associação Dos Municípios Do Noroeste De Minas | Paracatu |
| AMAPAR | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Alto Paranaíba | Patos De Minas |
| AMERP | Associação Dos Municípios Da Microrregião Do Médio Rio Pomba | Muriaé |
| AMARP | Associação Microrregional Dos Municípios Do Alto Rio Pardo | Caldas |
| AMAMS | Associação Dos Municípios Da área Mineira Da Sudene | Montes Claros |
| ASSOLESTE | Associação Do Municípios Da Microrregião Do Leste De Minas | Mantena |

Figura 02 – AMALPA - Municípios



Fonte: Encarte informativo oferecido pela AMALPA (2018)

4.1 AÇÕES

Entidade privada, sem fins lucrativos, de utilidade pública, a Associação Mineira de Municípios (AMM), congrega e representa, legitimamente, os 853 municípios mineiros através de atividades voltadas para articulação política, institucional e técnica, junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na busca do fortalecimento da causa municipalista, junto às esferas estadual e federal. Trata-se da associação municipal que envolve o maior número de municípios de todo o país.

A AMM fomenta movimentos relacionados à promoção de polos de desenvolvimento econômico no Estado e a valorização das ações e das políticas públicas regionais, divulgando e fortalecendo cada um dos municípios mineiros e sua região.

De acordo com AMM (2018), as vantagens de se tornar um de seus associados são o acesso irrestrito ao Espaço AMM na Cidade Administrativa, com direito ao uso de toda sua estrutura de atendimento (computadores, internet, impressoras, impressora de projetos, assessoria

dos técnicos, apoio em todas as áreas do Governo, etc.); carteira Oficial de Prefeito e Vice-prefeito; crachá Oficial de Prefeito para acesso irrestrito a todas as dependências da Cidade Administrativa; direito de contratação do Diário Online/Diário Oficial dos Municípios com a garantia de todos seus benefícios; acesso ao Portal das Transferências, priorizando informações privilegiadas; descontos nos cursos do Centro de Qualificação para Gestão Pública, fóruns, seminários, congressos e demais eventos da AMM; atendimento personalizado dos 11 departamentos técnicos da AMM para consultas, pareceres e notas técnicas; recebimento de SMS e e-mail-marketing com dados estatísticos, transferências, cursos, seminários, eventos, congressos e demais informações de interesse dos municípios; apoio e assessoria na interlocução entre os Prefeitos e os governos Estadual e Federal, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e demais órgãos da Administração Pública. (AMM, 2018)

Conforme AMALPA (2018), a associação possui tem como objetivos promover a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõe e respeitada a autonomia municipal; promover a cooperação intermunicipal e intergovernamental; estabelecer programas integrados de modernização administrativa dos Municípios associados; estudar e sugerir a adoção de normas sobre legislação tributária e outras leis básicas municipais, visando a sua uniformização nos Municípios associados; assessorar e cooperar com as Câmaras de Vereadores dos Municípios associados na adoção de medidas legislativas que concorram para o aperfeiçoamento das administrações municipais; estimular a conservação e a utilização racional dos recursos naturais; prestar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura, institucionais, notadamente educação, saúde pública, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio e turismo, abastecimento, transporte, comunicações, eletrificação, energia, segurança e meio ambiente; a institucionalização de planejamento nos níveis municipal e microrregional, como processo contínuo e permanente para a promoção do desenvolvimento; interagir com as comunidades municipais para práticas esportivas, sociais e comunicativas.

Através da adoção de recursos tecnológicos, a AMM tem buscado diversificar os canais de comunicação com seus associados, oferecendo serviços de qualidade e sem a necessidade dos gestores se locomoverem até a associação; um destes recursos é o Portal do Afiliado, como mostra a Tabela 02. Através deste Portal, é possível ter acesso integral ao Portal das Transferências, com informações sobre os principais repasses municipais (FPM, ICMS e Fundeb), além de valores atualizados da dívida estadual para com os municípios mineiros, informações sobre afiliados, entre outros recursos.

Tabela 02 – Portal dos Afiliados AMM

| DÍVIDA DO ESTADO COM PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS | | |
|--|--|--|
| TOTAL: R\$3.760.402,73 | | |
| FUNDEB – IPVA (TRIMESTRE) E ICMS (17 E 24/04, 02/05 A 10/07/2018) | TRANSPORTE ESCOLAR (5 PARCELAS) | PISO MINEIRO ASSIST. SOCIAL (17 PARCELAS) |
| R\$ 957.454,18 | R\$ 551.401,63 | R\$ 111.826,00 |
| ICMS (JUROS E CORREÇÕES / 2017 E 2018) | SAÚDE | FUNDEB (JUROS E CORREÇÕES / 2017 E 2018) |
| R\$ 110.664,90 | R\$1.937.090,46 | R\$ 91.965,56 |

Fonte: Elaboração própria com informações da AMM (2018)

Uma das ações que têm auxiliado em muito os prefeitos afiliados é o Banco de Atas de Registro de Preços ilustrado na Quadro 01 abaixo. Através deste recurso, torna-se possível a realização de uma troca de experiências entre os gestores municipais, através do registro de atas, editais de licitação, entre outras. Desta forma, torna-se possível, para os prefeitos dos municípios associados, consultarem os materiais disponibilizados e realizar a licitação por SRP (Adesão Carona).

Celso Antônio Bandeira de Melo, de forma bastante didática, apresenta a seguinte lição quanto ao registro de preços:

O SRP - “sistema de registro de preços” é um procedimento que a Administração pode adotar perante compras rotineiras de bens padronizados ou mesmo na obtenção de serviços. Neste caso, como presume que irá adquirir os bens ou recorrer a estes serviços não uma, mas múltiplas vezes, abre um certame licitatório em que o vencedor, isto é, o que ofereceu a cotação mais baixa, terá seus preços “registrados”. Quando a promotora do certame necessitar destes bens ou serviços irá obtê-los, sucessivas vezes se for o caso, pelo preço cotado e registrado (MELLO, 2015, p. 563).

Quadro 01 – Registro de Atas AMM

| CADASTRO ATA DE REGISTRO DE PREÇO | | |
|---|---------------------|------------------|
| TÍTULO:* TRATORES AGRÍCOLAS | | |
| CATEGORIA:* TRATORES | | |
| DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:* TRATOR DE PNEUS – MÍNIMO 75 HP TRATOR AGRICOLA EQUIPADO COM TRAÇÃO 4X4, COM MOTOR A DIESEL DE 4 CILINDROS, ASPIRADO COM POTENCIA DE NO MINIMO 75 HP, (ISSO 14396), COM DIREÇÃO HIDROSTÁTICA, LEVANTE HIDRÁULICO EM TRÊS PONTOS, TOMADA DE FORÇA INDEPENDENTE COM ACIONAMENTO MECÂNICO, FREIOS MULTIDISCO EM BANHO DE ÓLEO, EMBREAGEM COM ACIONAMENTO MECÂNICO, TRANSMISSÃO PARCIALMENTE SINCRONIZADA, COM RODADO TRASEIRO 18. 4X30R1 E DIANTEIRO 12.4X24R1, COM CONTRAPESOS FRONTAIS E NAS RODAS, COM ESTRUTURA DE PROTEÇÃO ROPS COM TOLDO | | |
| QUANTIDADE* | VALOR TOTAL* | VALIDADE* |
| 25 | R\$ 109.950,00 | 20/09/2018 |
| ATA DE REGISTRO E PREÇO (.PDF)* SELECIONAR ARQUIVOS: ATA TRATORES AGRICOLAS.PDF | | |
| OUTROS DOCUMENTOS (EDITAL, PUBLICAÇÃO DA ATA) SELECIONAR ARQUIVOS: EDITAL LICITAÇÃO 20180120125710.PDF | | |
| *CAMPOS DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO | | |
| INCLUIR | | |

Fonte: Elaboração própria com informações da AMM (2018)

De acordo com SILVA (2009, p. 7), o que se convencionou, na rotina da Administração, a se chamar de efeito “carona” é a possibilidade, segundo o Art.8 do Decreto 3.931/2001, de um órgão distinto do que realizou o registro de preços se utilizar desse registro. A denominação de efeito “carona” ocorre, exatamente, pelo fato de um ente administrativo tomar “carona” no registro realizado por outro ente. Pois, enquanto determinado setor da administração teve que percorrer todas as etapas da licitação para obter o registro de preços, um outro ente administrativo, simplesmente, contrata, diretamente, beneficiando-se do registro de preços que já estava pronto.

Um exemplo da utilização deste recurso encontra-se publicado no Diário Oficial de Minas Gerais, edição de 23 de Fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE DE MINAS/MG – 1º

Termo aditivo ao Contrato Nº 037/2017 - referente à adesão a Ata de RP 009/2017, cujo objeto é Adesão (Carona) a Ata de Registro de Preços nº 051/2017, realizada pela Prefeitura Municipal de São Sebastião do Maranhão/MG, referente ao registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, por maior desconto percentual sobre a tabela CMED/ANVISA, para atender a Farmácia Municipal, mandados judiciais e Programa de atenção à população carente . Fornecedor: COFARMINAS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 02 .537 .890/0001-09, com valor global do contrato de R\$ 60 .000,00 (sessenta mil reais). Vigência: 01/01/2018 a 30/03/2018. Fábio Rodrigues Gonçalves – Prefeito Municipal (MINAS GERAIS, 2018, p.17).

Outra utilização desta importante ferramenta pode ser comprovada na publicação do Diário Oficial de Minas Gerais de 13 de abril de 2017:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA-MG, torna

público o resultado do procedimento na modalidade Adesão A Ata DE Registro DE Preços Nº 003/2017, cujo objeto é a adesão (Carona) a ata de registro de Preços nº 003/2017 da Prefeitura Municipal de Canaã-MG, referente a aquisição de Material de Consumo de uso Hospitalar. Foi homologado e adjudicado à Pessoa Jurídica Distribuidora De Medicamentos Romeiro Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13 .540 .210/0001-14 . Extrato DE Contrato Procedimento administrativo 017/2017 . Nº de Contrato 048/2017. objeto: adesão (Carona) a ata de registro de Preços nº 003/2017, referente aquisição de Material de Consumo de uso Hospitalar . Vigência12(doze) meses. Valor estimado: R\$ 757 .373,70 (setecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e sete reais e setenta centavos). Contratada: Distribuidora de Medicamentos romeiro LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13 .540 .210/0001-14, localizada na rua Papa João XXIII, Centro, na cidade Viçosa/MG (MINAS GERAIS, 2017, p.13).

Através da prática de SRP por Carona, os municípios de São Miguel do Anta e de Novo Oriente de Minas obtiveram importantes aquisições a um preço mais vantajoso. Este processo trouxe inúmeros benefícios, se adequando tanto no quesito de eficiência, quanto eficácia, pois tornou o processo de licitação mais rápido e a um valor vantajoso.

A grande vantagem da Ata de Registros é que outros gestores de municípios poderão ter acesso a estas transações e realizar ações parecidas, caso seja de interesse público.

Já a AMALPA trouxe como benefício uma variedade de serviços prestados, que vão desde consultorias e treinamentos até obras e serviços prestados na engenharia, topografia e maquinário, em mais de 16 cidades.

Como exemplo destas ações, pode-se citar a reunião ocorrida no dia 09/07/2018 onde o Consultor de Defesa Civil da AMALPA Ademir Inácio esteve no município de Ouro Branco afim de dar início aos cursos pré-definidos na Reunião do Gabinete de Prevenção e Ação da Defesa Civil, na sede da associação no dia 26/06. Através deste empreendimento, ficou-se definido que ocorrerão quatro dias de cursos de capacitação para professores e servidores de todas as escolas estaduais, municipais e creches do município, onde será pautado Primeiros Socorros ministrados pelo Corpo de Bombeiros.

Esta ação elucidada como uma Associação de municípios pode beneficiar seus associados em uma grande diversidade de ações. Trata-se de um movimento de treinamento e capacitação, que terá como objetivo assegurar condições de reações adequadas à frente de casos que necessitem de um cuidado inicial e primeiros socorros.

Outro tipo de contribuição da AMALPA para os municípios associados se deu através de uma ação realizada na cidade de Cristiano Ottoni. A equipe de engenharia e topografia realizou diversas atividades neste município, e conforme AMALPA (2018), com destaque para o projeto, planilhas e plano de trabalho para acréscimo e reforma da E. M. Tiradentes em São Caetano, o fornecimento do projeto de cobertura de quadra de E.M. Cristiano Ottoni, vistoria e laudo técnico de obras de asfaltamento de vias urbanas no Bairro Pinheiros, vistoria em obras de reforma de UBS – Centro visando recebimento da obra

Na mesma linha deste projeto, há uma importante ação da AMALPA em conjunto com a prefeitura de Conselheiro Lafaiete. A rua Alfredo Elias Mafuz, uma das principais vias de ligação entre o centro e os bairros Santa Matilde I, Bom Pastor, Paulo VI e Parque de Exposições Tancredo Neves do município de Lafaiete, tem passado por constantes obras de recuperação como mostra na Figura 03, que tem prejudicado o trânsito de veículos da região. Através da parceria entre o município e Associação, a equipe de engenharia da AMALPA tem contribuído para o solucionamento do problema. De acordo com (AMALPA, 2018), a obra consiste na contenção de encosta e drenagem das águas pluviais. Com a obra os fatos ocorridos no passado, como deslizamentos e danos nas edificações e vias públicas não ocorrerão mais. Estão sendo instalados 1.288,75 metros lineares de manilhas e assim resolverá em definitivo o trânsito no local.

Figura 03 – Readequação do Projeto da Rua Alfredo Elias Mafuz



Fonte: Site da AMALPA (2018)

CAPÍTULO V

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sobre os desafios para se ofertar um serviço público de qualidade mostrou as grandes possibilidades de melhoria dos processos municipais com a utilização de iniciativas de cunho associativo e consórcios.

Foram cumpridas as etapas propostas para a realização desse estudo em identificar possíveis melhorias advindas da adesão à uma associação de município. Através de entrevistas com funcionários e políticos, análise de resultados, coletas de dados relacionados aos tipos de falhas presentes em processos anteriores, e acompanhamento de planejamento de medidas de controle, treinamento e padronização de tarefas, faz-se por fim, sugerir melhorias no andamento dos processos.

A adoção de um sistema de associação de municípios teve por objetivo minimizar falhas em procedimentos municipais, definir novos padrões para a realização de tarefas, entre outras vantagens mais. Através do estudo de ações realizadas pela AMM e a AMALPA, foi possível verificar benefícios diversos para seus associados, de redução de falhas em operações até amparo legal, podendo se basear em práticas de sucesso de outros municípios e assim tornar o processo de oferta de serviços públicos mais eficiente.

Recomenda-se que os municípios associados tenham uma participação ainda mais efetiva, pois nota-se que, em regiões menos desenvolvidas e com um menor repasse de verbas, há menor engajamento para a promoção de melhores técnicas e boa vontade para buscar novas e melhores formas de se realizar a gestão municipal. Uma associação de municípios pode contribuir muito para o desenvolvimento desta região, mas deve-se sempre levar em consideração as peculiaridades de cada povoado e ressaltar a importância de um trabalho colaborativo visando ao benefício de todo o grupo e não apenas ao interesse individual.

Recomenda-se também que as associações de municípios busquem realizar um intercâmbio de informação com associações de outros estados, ou mesmo, de outros países, propondo assim um diálogo saudável e vantajoso para todos os envolvidos.

Em se tratando de uma região específica, os resultados não podem ser generalizados para outras associações do país.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMG. **Municípios e Desenvolvimento regional.** Disponível em: <https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/municipios_desenvolvimento_regional/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=205&tagAtual=205> . Acessado em 20 de agosto de 2018

ALMG. **Associativismo Municipal.** Disponível em: <https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/associativismo_municipal/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=205&tagAtual=10177> . Acessado em 20 de agosto de 2018

AMALPA. **Missão e Valores.** Disponível em:< <http://amalpa.org.br/site/missao-e-valores/>> . Acessado em: 22 de julho de 2018

AMALPA. **Quem Somos.** Disponível em: <<http://amalpa.org.br/site/quem-somos/>>. Acessado em: 22 de julho de 2018

AMALPA. **Readequação do Projeto da Rua Alfredo Elias Mafuz.** Disponível em: <<http://amalpa.org.br/site/readequacao-do-projeto-da-rua-alfredo-elias-mafuz/>>. Acessado em: 22 de julho de 2018

AMALPA. **Visita Técnica e Planejamento de Cursos de Capacitação** Disponível em: <<http://amalpa.org.br/site/visita-tecnica-e-planejamento-de-cursos-de-capacitacao/>>. Acessado em: 22 de julho de 2018

AMALPA. **AMALPA em AÇÃO – Cristiano Otoni** Disponível em: <<http://amalpa.org.br/site/542-2/>>. Acessado em: 22 de julho de 2018

AMM. **Afilie-se a AMM.** Disponível em:< <http://portalamm.org.br/filie-se-a-amm/>> Acessado em: 20 de julho de 2018

AMM. **Missão, Visão e Valores.** Disponível em: < <http://portalamm.org.br/missao-visao-e-valores/>> Acessado em: 20 de julho de 2018

AMM. **Microrregionais.** Disponível em:< <http://portalamm.org.br/microrregionais/>> Acessado em: 20 de julho de 2018

BATISTA, Sinoel; et al. **O papel dos prefeitos e das prefeitas na criação e na Gestão dos consórcios públicos.** 1. Ed. Brasília. DF: Caixa Econômica Federal, 2011.

Batley. Richard. In: **Local government structure – trends and development**, London. Macmillan Education. 1991. p. 2 I 5.

CLP. **Associações e Consórcios no desenvolvimento dos municípios brasileiros** Disponível em: <<http://www.clp.org.br/Show/Associacoes-e-Consorcios-no-desenvolvimento-dos->

municipios-brasileiros?yX8UcHdlQALuhqD587TXRg==>. Acessado em: 20 de julho de 2018

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

DEMOUSTIER, Daniele. **A economia social e solidária: um novo modelo de empreendimento associativo**. São Paulo: Ed. Loyola, 200

MINAS GERAIS. **Diário Oficial de 13 de abril de 2017** Disponível em: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180400/caderno2_2017-04-13%2014.pdf?sequence=1> Acessado em: 30 de julho de 2018

MINAS GERAIS **Diário Oficial de 23 de fevereiro de 2018** Disponível em: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/195696/caderno2_2018-02-23%2017.pdf?sequence=1>. Acessado em: 30 de julho de 2018

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Harlotl, Eileen Martin. **The structure of local goverment in 20 Arab countries**. Haia, lula, 1986.

JUNG, C. F. **Metodologia para Pesquisa e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004

MARCONI, Marina de Andrade. Cultura e sociedade. In: LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 33ª edição. São Paulo: Malheiros, 2007.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 32ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

MELLO, Diogo Lordello de. **Associativismo como instrumento de desenvolvimento dos governos locais: a experiência brasileira e de outros países**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 31(6), nov./dez, 1997, p. 55-66.

OLIVEIRA NETTO, Alvim A. **Novas tecnologias & universidade: da didática tradicionalista à inteligência artificial: desafios e armadilhas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

RIBAUT, M.; MARTINET, B.; LIBIDOIS, D. **A gestão das tecnologias**. Coleção Gestão & Inovação. Lisboa: publicações Dom Quixote, 1995.

SEBRAE. **Associação**. Série Empreendimentos Coletivos. Brasília: DF, 2009. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133/\\$File/5192.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133/$File/5192.pdf)>. Acessado em: 08 jun. 2016.

SEBRAE. **Consórcio de empresas**. Série Empreendimentos Coletivos. Brasília: DF, 2009. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0a7a480546593e8ab0ba09fdb6f05f4e/\\$File/5190.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0a7a480546593e8ab0ba09fdb6f05f4e/$File/5190.pdf)>. Acessado em: 08 jun. 2016.

SILVA, D.C. **Metodologia de Análise e Solução de Problemas**; Curso de especialização em Qualidade Total e Marketing. Florianópolis: Fundação CERTI. UFSC, 1995.

SILVA, E. L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª Edição. Florianópolis. Laboratório de ensino a distância da UFSC, 2001.

SILVA, Luiz Antonio Miranda Amorim. **O efeito “carona” no Sistema de Registro de Preços**. Revista Virtual da AGU. Ano IX, n. 89, jun. 2009. Disponível em: http://http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=83694&id_site=115&ordenacao=1. Acesso em: 24 de julho de 2018

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.